Curso de Matemáticas Aplicadas à Investigação Operacional (nível de pós-graduação), no Centro de Cálculo Científico do Instituto Gulbenkian de Ciência em Oeiras, 1972-1973;
Serviço militar em 1974 e 1975 (parte em Moçambique).

2 — Carreira profissional:

Director de serviços de Cadastro e Logística Eleitorais no STAPE de 1993 a 2007;
Presidente de comissões arbitrais para a fixação das indemnizações compensatórias às estações de televisão e rádio pela transmissão dos tempos de antena (2001-2007);
Missões no estrangeiro sobre assuntos eleitorais (International IDEA «Electoral Management Design» 2005-2006, OSCE — ODIHR, Parlamento Europeu, Conselho da Europa — grupo de trabalho sobre *e-voting*) e sobre a transição para a democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa (Angola — Seminário Internacional sobre Preparação de Processos Eleitorais e Realização de Eleições Multipartidárias, 1991; Guiné-Bissau — diagnóstico e aconselhamento sobre a realização de eleições multi-partidárias, 1992; Cabo Verde — processo eleitoral, 1993, e recenseamento eleitoral, 1997;
Participação na análise da viabilidade de utilização dos ficheiros de eleitores no apoio à realização dos censos da população (EUROSTAT) e, em 1994-1995, no grupo de trabalho sobre estatísticas da demografia, no âmbito do Conselho Superior de Estatística;
Assessor de informática principal em 1991;
Presidente e membro do júri de concursos de pessoal. Orientação na vertente profissional de estágios de licenciatura (FCUL) em Matemáticas Aplicadas e Estatística e Investigação Operacional;
Assessor, por concurso, em 1988;
Nomeado técnico superior principal e chefe de divisão em 1980;
Vogal suplente do MAI no Conselho Nacional de Estatística em 1978-1979;
Coordenador do Departamento de Cadastro e Estatística do STAPE;
Ingresso no Ministério da Administração Interna (MAI) em Dezembro de 1975 como técnico de estatística.

3 — Trabalhos e artigos:

«Voto electrónico — Análise de algumas experiências», 2000;
«Atlas eleitoral/SIG», comentário aos trabalhos dos alunos finalistas do Departamento de Geografia e Planeamento Urbano, FCSH-UNL (Junho de 1999);
«Análise das variações do número de inscritos no recenseamento eleitoral e do número de votantes nas eleições da Assembleia da República, entre 1976 e 1995» (GraphPad Prism);
«Estatísticas eleitorais — Alguns exemplos de aplicação», conferência na Universidade Lusíada, Lisboa, 1994;
«Algumas observações sobre a informatização do recenseamento eleitoral», *Eleições,* Julho, 1992;
«Análise da (des)proporcionalidade no sistema eleitoral português», *Actas do 1.º Encontro de Estatística e Aplicações,* da Universidade do Minho, Braga (Abril de 1990);
«Classificação dos distritos/Regiões Autónomas — Cluster analysis» (SPSS), 1990;
«A informática no STAPE», *Eleições,* Outubro, 1990.

Nota curricular

Dados pessoais:

Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer;
Data de nascimento — 15 de Agosto de 1947;
Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
Carreira profissional:

De 2000 a 2007 — directora de serviços da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais (DSJE) do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), do Ministério da Administração Interna;
De 1993 a 2000 — chefe de divisão de Estudos (DE) da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais do STAPE, do Ministério da Administração Interna;
De 1984 a 1993 — técnica superior no STAPE, do Ministério da Administração Interna;
De 1975 a 1984 — técnica de serviço social na Direcção de Serviços de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa;
Nomeada por despacho do SEAMAI para integrar as comissões coordenadoras dos Protocolos de Cooperação no Domínio Eleitoral entre a República Portuguesa e as Repúblicas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau;
Representante do STAPE no grupo de trabalho para a implementação do II Plano para a Igualdade;
Coordenadora dos processos de votação dos eleitores portugueses residentes no estrangeiro em diversos actos eleitorais (1987 a 2004).

Missões no estrangeiro no âmbito da cooperação eleitoral:

Julho de 2005 — participação no British-Angola Forum Conference on the challenges for free & fair elections in Angola;
Maio de 2005 — participação num *workshop* sobre o Projecto de Aperfeiçoamento do Recenseamento Eleitoral e da Questão da Base de Dados, na cidade de Namacha, República de Moçambique;
Participação no seminário eleitoral Jornadas Constitucionais na qualidade de oradora, na primeira mesa redonda, subordinada ao tema «O actual sistema eleitoral e as suas consequências políticas», Fevereiro de 2004 — Faculdade de Direito da República da Guiné-Bissau;
Maio de 2000 — palestra efectuada na Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema «Caracterização dos eleitos das autarquias locais — 1982-1989-1993» — publicações do STAPE;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos de recenseamento e eleitorais ocorridos na República de São Tomé e Príncipe desde 1992 até 2007;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos de recenseamento e eleitorais ocorridos na República da Guiné-Bissau desde 1993 até 2003;
Participação nas reuniões preparatórias das comissões mistas de cooperação com as Repúblicas de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe — 1995;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos eleitorais ocorridos na República de Moçambique — eleições de 1994, 1999 e 2003;
Integrou a delegação da CPLP nas eleições autárquicas em Fevereiro de 2002 e na eleição do Presidente da República em Fevereiro de 2001, ambas na República de Cabo Verde;
Deslocações a Timor-Leste, em missões exploratórias organizadas pela Comissão Europeia, com vista a definir o apoio a prestar às eleições para a Assembleia Constituinte — Abril de 2001 — e às eleições para a Presidência da República — Janeiro de 2002;
Participação na missão bilateral de observação às eleições para a Assembleia Constituinte em Timor-Leste — Agosto de 2001;
Participação na missão de observação internacional ao processo eleitoral na República da África do Sul — Abril de 1994;
Missão de observação internacional — eleições — 1992 — República de Angola.

Trabalhos publicados:

Vários artigos publicados na revista *Eleições*, do STAPE/MAI.

Outras publicações — participação como autora ou coordenadora técnica de estudos publicados nos seguintes domínios:

Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais — 1982, 1993, 1989, 1997 e 2001; e
Atlas Eleitoral de todos os actos eleitorais e referendários ocorridos entre 1975 e 2005.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 10 610/2007

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Manuel Barbosa Santos Teixeira Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Manuel Barbosa Santos Teixeira, natural de Nossa Senhora da Conceição, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 7 de Agosto de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Despacho n.º 11 534/2007

Lista n.º 24/07

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Março de 2007, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1

do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, ao cidadão brasileiro:

	Data de nascimento
Wanderley Gomes	11-10-1970

13 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Despacho n.º 11 535/2007

Lista n.º 37/07

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Maio de 2007, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
José Jesus Ferreira Veloso	7-6-78
Inez Dias Pereira	10-5-59
João Pereira	31-3-50
Vilmar Barros de Souza	5-5-67
Sergio Alves da Costa	28-12-53
Rangel Barreto Nunes	4-12-75
Alex Gomes do Nascimento Teixeira	15-4-76
Juliano Almeida Martins	12-2-78
Raul Rodrigues Berti	8-5-78
Evaristo Carlos Vicente	10-1-66

14 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 788/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 9788/2006 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 175, de 11 de Setembro de 2006, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «19 de Maio» deve ler-se «15 de Maio».

13 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 789/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 4664/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 13 de Abril de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «natural de La Cardière-Gard» deve ler-se «natural de La Cardière et Cambo».

13 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 536/2007

1 — Ao abrigo dos artigos 3.º, n.º 3, 7.º e 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Titterington Gomes Cravinho, com a faculdade de subdelegação, os poderes que me são conferidos por lei relativos aos seguintes órgãos, serviços e estruturas:

a) Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;
b) Comissão Interministerial para a Cooperação;
c) Comissão Nacional da UNESCO.

2 — Delego também a competência para despachar os assuntos em matéria de coordenação da cooperação multilateral nas áreas de actuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, das Nações Unidas, da OCDE, da FAO e da UNESCO.

3 — Mais delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação os poderes que me são conferidos por lei para:

a) Sem faculdade de subdelegação, reconhecer o estatuto de agente da cooperação ou equiparado e determinar a prorrogação dos respectivos contratos, nos termos dos artigos 2.º, n.os 2 e 3, e 11.º, n.º 3, da Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril;
b) Conceder licenças sem vencimento para exercício de funções em organismos internacionais, em conjunto com o membro do Governo responsável pelos serviços a que pertençam os requerentes, nos termos dos artigos 89.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
c) Dar parecer sobre a concessão do grau de doutoramento *honoris causa* a individualidades estrangeiras, ao abrigo da audiência prévia prevista no artigo 30.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro.

4 — Sem faculdade de subdelegação, delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação os poderes para nomear, autorizar a contratação, transferir entre missões diplomáticas ou determinar a cessação de funções dos adidos e conselheiros para a cooperação do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio.
5 — Revogo o meu despacho de delegação de poderes de 16 de Agosto de 2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 5 de Setembro de 2006.
6 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Janeiro de 2007, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados ao abrigo da presente delegação.

22 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*

Despacho n.º 11 537/2007

1 — Ao abrigo dos artigos 3.º, n.º 3, 7.º e 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2006, de 27 de Outubro, delego no Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Fernandes da Silva Braga, com a faculdade de subdelegação:

a) As competências que me são conferidas pelos artigos 52.º, n.os 2 e 3, e 56.º, n.os 2 e 3, do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/2006, de 8 de Agosto;
b) A competência para a prática e assinatura dos actos mencionados nas alíneas *f*), *g*) e *h*) do n.º 4 do artigo 24.º da Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro.

2 — Revogo a alínea *c*) do n.º 4 do meu despacho de delegação de poderes de 16 de Agosto de 2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 5 de Setembro de 2006.
3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

22 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*

Despacho n.º 11 538/2007

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 7.º e 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2006, de 27 de Outubro, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2006, de 16 de Janeiro, e dos artigos 35.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, delego, sem faculdade de subdelegação, no secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Fernando Manuel de Mendonça d'Oliveira Neves, os poderes que me são conferidos por lei para autorizar as despesas com deslocações relativas aos serviços internos e externos deste Ministério, no âmbito do orçamento da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia inscrito sob o capítulo 03, divisão 08.
2 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2007, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados ao abrigo da presente delegação.

22 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*